

# PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XXVII - Nº 282  
Brasília-DF - Jan/Fev-2006 - R\$ 3,00

ISSN 0102-0625



**Sepé Tiaraju**

250 anos de resistência

**ALTO LÁ!  
ESSA TERRA  
TEM DONO!**

# Olhando para o ano de 2006

**C**om a ressaca causada pelos acontecimentos de 2005, ficamos olhando desconfiados para 2006. O que será que ele vai nos aprontar?

Para aliviar as tensões, poderíamos logo ir sonhando com a conquista da Copa do Mundo, se é que ela se tornou palco para aplaudir o futebol brasileiro. Embora seja bom constatar que as muitas conquistas nos campos de futebol pouco repercutiram na vida dos brasileiros. Somos campeões no futebol, mas somos também campeões mundiais na desigualdade social. Então, a Copa pode servir de novo para desviar nossas atenções de causas mais importantes para o Brasil.

As eleições presidenciais tornam inevitável olhar o país sob o prisma das campanhas políticas. Elas precisarão reciclar a avalanche de denúncias de corrupção, que poluíram os noticiários do ano passado. Não está dito que estas denúncias vão produzir os efeitos esperados por quem as fez. Uma reação salutar foi dada pela "Assembléia Popular", realizada em conjunto pelas Pastorais e movimentos sociais no final de outubro, em Brasília. Os oito mil participantes não ficaram em cima de querelas governamentais ou eleitorais. Ao contrário. Centraram suas aten-

ções no fortalecimento da ação da cidadania, nos múltiplos engajamentos concretos, de ação social, econômica e política, levados adiante por iniciativas do próprio povo, que aos poucos vai se sentindo, cada vez mais, sujeito do seu próprio destino.

Assim, as eleições, por mais importantes que sejam, não são um beco sem saída, nem uma rua de mão única. Independente do resultado eleitoral, é a ação popular que vai levando adiante a caminhada do país. E é de se esperar que os governos eleitos se coloquem sempre mais a serviço das causas verdadeiras do povo.

Como Igreja, teremos em maio o Congresso Eucarístico de Florianópolis. Os congressos são momentos bonitos de expressão de fraternidade, que a Eucaristia simboliza com seu gesto de partilha do pão ao redor da mesma mesa. Proporcionam também a valorização de nossas cidades e estados, que são colocados em destaque e passam a integrar mais vitalmente o mapa do Brasil. Vamos voltar nossas atenções para Santa Catarina, que já encanta o Brasil com suas praias bonitas e, com o Congresso Eucarístico passará a assumir uma nova referência para os brasileiros.

Embora colocada para 2007, a "Conferência Geral do Episcopado Latino Americano", a se realizar em Aparecida, será um acontecimento de dimensões continentais, cuja importância ainda não é percebida pela opinião pública entre nós. Caberá a este ano de 2006 desencadear o interesse por ela, para suscitar sua devida recepção, caso contrário corre o risco de ser inócua, desperdiçando uma das últimas iniciativas locais de envergadura continental existentes na Igreja.

No cenário mundial, por desimportante que pareça, merece ser acompanhado de perto o novo governo da Bolívia, sob a presidência de Evo Morales. Com a nova situação da Bolívia, a América Latina pode sinalizar a esperança da lenta superação da hegemonia mundial, imposta pelo poderio militar americano, a serviço da dominação econômica das transnacionais.

Em todo o caso, a surpresa dos acontecimentos de 2005 nos aconselha a estarmos atentos para o que pode acontecer neste ano. Sobretudo para ocuparmos os espaços que nos permitem ser, cada vez mais, sujeitos da história que vamos fazendo.

**Dom Demétrio Valentini**  
Pastorais Sociais - CNBB

## MARIOSAN

O IBGE já contou.  
Se a Funai quiser contar....



## Dia do Mestiço?

Em dezembro de 2005, o estado do Amazonas instituiu o dia 27 de junho como sendo o Dia do Mestiço, "reconhecendo como grupo étnico-racial". Ratificando a lei do estado, a prefeitura de Manaus já se manifestou ratificando o dia. Daí ficam algumas perguntas: Quem é o Mestiço? Qual o intuito de criar um dia do Mestiço? Seria clarear o povo Amazônino?

## A demissão do sertanista

O sertanista Sidney Possuelo foi exonerado do cargo de Coordenador Geral de Índios Isolados por fazer críticas ao posicionamento do presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, sobre as terras indígenas. Mércio afirmou à agência de notícias Reuters, no dia 12 de janeiro de 2006, que "É terra demais. Até agora, não há limites para suas reivindicações fundiárias, mas estamos chegando a um ponto em que o Supremo Tribunal Federal terá de definir um limite".

## A crítica e o monarca

Discordando de Mércio, Possuelo afirmou ao jornal O Estado de São Paulo, do dia 14 de janeiro: "já ouvi esse discurso de fazendeiro, grileiro, garimpeiro, madeireiro. Mas de presidente da Funai é a primeira vez. É de assustar". Por mais que isto seja verdade, o presidente da Funai não engoliu. A essa altura muita gente pergunta, onde está o Ministro da Justiça? Mmmm ... de férias?

## Uma população para engolir

Outra que o presidente da Funai não aceitou foram os dados da população indígena no Brasil. Apesar do IBGE ter contado um por um, o presidente saiu esbravejando que os dados oficiais estavam errados. Agora, vai entender.

**PORANTIM**  
Edição fechada em 26/01/2006  
Publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão anexo à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

**APOIADORES**  
UNIAO EUROPEIA  
Dika Austria HORIZONT 3000

O jornal Porantim circula em algumas bancas de jornais do Distrito Federal, ao custo unitário de R\$ 3,00.

Na língua da nação indígena Sateré-Mawé, PORANTIM significa remo, arma, memória.

**Dom Gianfranco Masserdotti**  
PRESIDENTE

**Paulo Maldos**  
ASSESSOR POLÍTICO

**Cristiano Navarro**  
EDITOR  
RP 32374/144/35/SP

**Priscila D. Carvalho**  
REDATORA

### CONSELHO DE REDAÇÃO

Antônio C. Queiroz  
Benedito Prezia  
Egon Heck  
Nello Ruffaldi  
Paulo Guimarães  
Paulo Maldos  
Paulo Suess

**Editoração eletrônica:**  
Licurgo S. Botelho  
(61) 3349-5274

**Revisão:**  
Leda Bosi

**Impressão:**  
Gráfica Terra  
(61) 3225-8002

**Administração:**  
Dadir de Jesus Costa

**Redação e Administração:**  
SDS - Ed. Venâncio III, sala 310  
Caixa Postal 03.679  
CEP 70.084-970 - Brasília-DF  
Tel: (61) 2106-1650  
Fax: (61) 2106-1651

**E-mail:** editor.porantim@cimi.org.br  
**Cimi Internet:** www.cimi.org.br  
Registro nº 4,  
Port. 48.920,  
Cartório do 2º Ofício  
de Registro Civil - Brasília

**Faça sua assinatura,**  
enviando cheque ou  
vale postal em nome de  
CIMI-PORANTIM

### PREÇOS:

**Ass. anual:** R\$ 30,00  
**Ass. de apoio:** R\$ 50,00  
**América latina:** US\$ 25,00  
**Outros Países:** US\$ 40,00

# COIAB e as declarações da Funai

(Manifesto contra as declarações do presidente da Funai, Mércio Gomes, que propõe limitar o direito territorial dos Povos Indígenas do Brasil)

## COIAB

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), em resposta às declarações do presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Pereira Gomes, questionando o direito originário dos povos indígenas às terras que tradicionalmente ocupam, vem a pública manifestar:

Incomodado com a divulgação de informações sobre o elevado número de mortes de índios durante o ano de 2005, decorrentes na sua maior parte da lentidão nos processos de regularização das terras indígenas e, conseqüentemente, da pressão e atos de violência cometidos contra a população indígena pelos mais diversos tipos de invasores, o presidente da Funai, Mércio Gomes, declarou à agência de notícias Reuters, no dia 12 de janeiro de 2006, que os povos indígenas do Brasil têm terra demais: "Até agora, não há limites para suas reivindicações fundiárias. Mas estamos chegando a um ponto em que o Supremo Tribunal Federal terá de definir um limite".

A Coiab reafirma publicamente que as mortes de índios no Brasil, seja pela violência praticada pelos invasores das terras indígenas, seja pela incapacidade de definir e implementar políticas públicas eficientes e de qualidade nas áreas da saúde, da educação e da sustentabilidade para os povos indígenas são, sim, de responsabilidade do atual Governo, que nestes anos de mandato esqueceu totalmente dos seus compromissos assumidos durante mais de 20 anos junto às lideranças e instâncias representativas dos povos indígenas. Só durante o ano de 2005 que esse governo abriu-se para dialogar com o movimento indígena, após de muita pressão desses povos e suas organizações, que sempre foram ignorados e desrespeitados, de modo particular pelo presidente do órgão indigenista.

Com relação à demarcação das terras indígenas e às reivindicações dos povos indígenas, envolvendo não só a regularização, mas também programas de vigilância, proteção e sustentabilidade das terras indígenas, é lamentável que o antropólogo Mércio Gomes tente descaracterizar a importância da terra para os povos indígenas, contradizendo afirmações que ele próprio explicitou em trabalho desenvolvido com o povo Tenetehara (Guajajara), no Maranhão: "um povo indígena sem terras suficientes para exercer seu modo de ser



Foto: Egon Heck

**É lamentável que o antropólogo Mércio Gomes tente descaracterizar a importância da terra e as implicações da falta dessa terra para os povos indígenas**

se vê forçado a mudar, a deixar de lado muitas características sociais e culturais que reforçam sua etnicidade, e se adaptar a um novo modo, mais parecido com o modo camponês de ser. No limite, a etnia pode se desagregar em grupos familiares ou indivíduos desconectados que passam a buscar sua sobrevivência por conta própria..."

Ao declarar que "É terra demais. Até agora, não há limites para suas reivindicações fundiárias", o presidente da Funai parece na verdade querer que este seja o destino dos povos indígenas. E essa intenção etnocida ele propõe que seja institucionalizada através de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), limitando o direito territorial dos povos indígenas.

Na prática, o presidente da Funai já agiu nesse sentido, ao se tornar um dos principais responsáveis pela paralisação dos processos de regularização das terras indígenas desde fins de 20003. Não adianta agora tentar desmentir a suas deslavadas afirmações, porque estas já foram há muito tempo legitimadas ao concordar com medidas inconstitucionais como a redução da Terra Indígena Baú, do povo Kaiapó, no Pará.

Querer que o STF limite os direitos territoriais dos povos indígenas é induzir ao cometimento de um ato ditatorial de inversão do direito constitucional dos povos indígenas, em favor de interesses econômicos e políticos que, como o presidente da Funai, propõem e defendem a redução das terras indígenas, no Congresso Nacional, desprezando a grande diversidade étnica e cultural composta por mais de 230 povos indígenas diferentes. Realidade essa que dispensa comparações estúpidas como a de que a área ocupada pelos índios no Brasil é maior que a de países da Europa.

Vangloriar o Governo Lula por ter homologado a Terra Indígena Raposa Serra do Sol e dizer que o Brasil tem uma das políticas indigenistas mais avançadas é querer tapar o sol com a peneira, pois o atual Governo cumpriu nada mais do que seu papel constitucional de fechar administrativamente o processo de regularização desta terra, o que por sinal só aconteceu depois de muita pressão e longos desgastes e sofrimentos para as organizações e povos indígenas da região, provocados pela morosidade dos próprios órgãos e

**Querer que o STF limite os direitos territoriais dos povos indígenas é induzir ao cometimento de um ato ditatorial de inversão do direito constitucional dos povos indígenas, em favor de interesses econômicos e políticos**

autoridades de Governo. O volume reduzido de Terras Indígenas regularizadas e a situação de calamidade pública em que anda a saúde indígena em todo o país, para citar apenas dois aspectos do leque de direitos dos índios, não condizem com a retórica de uma política indigenista louável.

Bem que a Coiab tinha razão quando discordou da indicação pelo Governo Lula do antropólogo Mércio Gomes para a Presidência da Funai, pois agora ele próprio assumiu-se como inimigo declarado dos povos indígenas ao questionar o direito territorial desses povos, fazendo eco a interesses de fazendeiros, madeireiros e outros invasores interessados nas riquezas das terras indígenas e que anseiam a extinção física e cultural dos indígenas.

Cabe agora ao Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva atestar perante a opinião pública nacional e internacional se o ponto de vista defendido pelo presidente da Funai é a visão que norteia a sua política indigenista. Se não for, que dê uma demonstração de quem é que manda neste país, exonerando imediatamente o antropólogo Mércio Pereira Gomes, antes que este faça mais estragos não só a seu governo, mas sobretudo ao direito sagrado dos povos indígenas de usufruir das terras que tradicionalmente ocupam. Mas não basta essa substituição. O Governo tem que demonstrar que de fato tem compromisso com os povos indígenas e que a tão pregada Nova Política Indigenista de início de mandato venha a se materializar com ações concretas e com políticas públicas coerentes com os anseios, demandas e aspirações dos povos indígenas.

À beira da estrada, a situação Guarani Kaiowá é o retrato da política de demarcação das terras indígenas

# Começa a era Evo Morales

*Primeiros acordos internacionais são focados na garantia de direitos fundamentais: alfabetização, documentação e saúde. O maior apoio popular de um presidente na Bolívia é a garantia para a reconstrução de um Estado forte e multicultural.*

**Emir Sader**  
Agência Carta Maior

**D**epois de superar com grande sucesso o período transitório, que começou na vitória eleitoral de 18 de dezembro – passando pelas viagens ao exterior e pelas cerimônias de posse –, começa a era Evo Morales. Começa com um apoio popular e internacional inédito, com um selo claramente de esquerda e com um cronograma altamente favorável à realização dos seus objetivos.

## Alfabetização, saúde e documentos

Evo Morales é o primeiro presidente latino-americano eleito a escolher Cuba como destino de sua primeira viagem oficial. O segundo país visitado foi a Venezuela. O que por si só revela a opção política e ideológica do novo governo.

Em Cuba, Evo Morales assinou convênios de apoio para terminar com o analfabetismo – tornando a Bolívia o terceiro país do continente, junto com Cuba e Venezuela, a lograr esse objetivo. Receberá também de Cuba apoios na área de saúde pública.

Na Venezuela, Evo Morales conseguiu apoio para a extensão da documentação legal a todos os bolivianos – um problema gravíssimo, especialmente para os camponeses, e que se reflete em enormes filas na principal avenida da cidade, de gente pobre tentando regularizar sua documentação. Além disso, a Bolívia receberá todo o diesel de que necessita, em troca de alimentos – segundo Hugo Chaves, da mesma forma que faz com outros países do continente, como o Uruguai, a Argentina, a Venezuela não quer receber nada em dinheiro, apenas em alimentos e outros produtos que necessite.

Evo Morales conseguiu o perdão de parte considerável da dívida com a Espanha, mas aqui reside uma jogada do governo espanhol para tentar obter, em troca, proteção dos interesses da Repsol. A atitude original desta companhia era a de, necessitando Evo de uma confirmação no Congresso, obter garantias para as empresas petrolíferas. Porém, com a vitória de Evo no primeiro turno, agora o governo espanhol mandou a Felipe Gonzalez para ver se consegue algo do novo governo. A Repsol e a Total já retiraram os documentos que haviam apresentado à Justiça, reafirmando a necessidade de arbitragem internacional dos acordos estabelecidos e afirmando que estão dispostas a negociar nas condições estabelecidas pela nova lei de hidrocarburetos, o que é uma importante vitória do governo. A Petrobrás também já havia manifestado sua disposição de renegociar os preços e os termos do contrato anterior.

## Estado multicultural e forte

O governo de Evo Morales é o primeiro governo no mundo que afirma que vai sair do modelo neoliberal. Afirma, com um plano de governo que se inicia com um choque produtivo, em que o Estado tem um papel decisivo. Nas palavras de Álvaro García Linera, vice-presidente da república e um dos mais importantes intelectuais da nova geração do continente, na praça São Francisco, para centenas de milhares de pessoas:

“Olhando para o futuro, temos a decisão, a vontade de construir um Estado forte, sólido, do qual nos sintamos orgulhosos, estejamos onde estivermos. Tem que haver um Estado forte na economia, para que não apenas sejam o mercado e a livre competição que distribuam os recursos. Tem que haver um Estado forte que priorize o que é necessário para a pátria, que proteja a todos, mas fundamentalmente aos mais vulneráveis, aos mais esquecidos, que são a maioria do nosso país e que hoje, com um Estado forte no plano econômico, encontrarão melhores opções para o desenvolvimento.”

“Não queremos nunca mais um Estado sem povos indígenas. O Estado de todos; de mestiços e indígenas, de profissionais e trabalhadores, de camponeses e estudantes. Queremos um Estado multicultural, em que os distintos povos, os distintos idiomas, as distintas cores valham igual: que valham igual um vestido e uma saia, um poncho e uma gravata, uma cor de pele mais clara e uma mais escura.”

“A luta pelo poder gerou muitos conflitos, muitos mortos, muitos feridos e muitos danos. No entanto, neste 18 de dezembro, o povo foi muito claro. O empate catastrófico – entre os setores conservadores e os sociais – foi resolvido de forma inapelável. As pessoas, o povo, o cidadão do oriente e do ocidente, do norte e do sul, do campo e da cidade, empresários, profissionais, indígenas, camponeses, operários, cooperativistas e comerciantes optaram pela mudança.”

“Compete agora aos povos indígenas, ao mais nobre, ao mais verdadeiro da nossa pátria, a seus trabalhadores, a sua gente empobrecida e à gente simples, ocupar o mando da nação e conduzir-nos por um caminho de bem-estar, por um caminho de unidade e de integração nacional.

## Apoio popular

Para colocar em prática sua plataforma de governo, que começa pela nacionalização dos recursos naturais e pela convocação da Assembléia Constituinte, Evo Morales conta com grande apoio popular, revertendo uma rejeição fabricada – como ele disse no seu discurso de posse, no Congresso Nacional: “Estamos submetidos por alguns jornalistas e meios de comunicação a um terrorismo midiático”. Em março de 2005, as pesquisas indicavam que Evo tinha uma rejeição de 73% dos consultados e apenas 21% de apoio. Em setembro, Evo superou a casa dos 30% e, no início da campanha eleitoral, em outubro, chegava aos 44%.

Nas eleições de dezembro Evo teve 54% dos votos – apesar de que cerca de um milhão de pessoas, a maior parte camponeses, não puderam votar. As pesquisas de dezembro ainda

lhe davam 65% de apoio. Agora, no momento de tomar posse Evo possui 74% de apoio. Esse apoio é mais avassalador na região ocidental do país: em La Paz, ele tem 80% de apoio; em El Alto, 85%; em Cochabamba, 78%. Em Santa Cruz de La Sierra, bastião da oposição a seu governo, Evo conta com 61% de apoio e 28% de rejeição.

## Um arco-íris de bom augúrio

Entre as medidas de maior efeito, Evo anunciou que o que se costuma chamar – nos EUA – de czar da luta contra o narcotráfico, será um cocaleiro. “Vou colocar como vice-ministro de Defesa Social – que se ocupa do tema – um cocaleiro”, disse em Cochabamba, na semana passada.

O anúncio do ministério dá início prático ao funcionamento do governo, que contará com a convocação da Assembléia Constituinte em junho, para sua eleição em agosto, quando se acredita que o governo terá mantido sua alta popularidade, o MAS – como mencionou ontem Evo na praça – pode varrer e constituir uma enorme maioria e assim colocar em prática o objetivo de refundar o Estado boliviano – dando cara nova ao poder já no primeiro ano da era Evo Morales.

Evo e seu vice, Álvaro Linera, irão a Sucre empossar os novos governadores, enquanto o cenário popular mais atraente ficará nas mãos de Hugo Chávez que, durante a posse de Evo, gripado, não pôde responder aos apelos da massa para que falasse. Chávez participou de um ato na Universidade San Andrés, antes de retornar com sua comitiva, que ocupa dois aviões, a Caracas, para participar do Fórum Social Mundial.

Um dia antes da posse oficial, quando retornávamos de Tiwanakum surpreendentemente um imenso arco-íris estendia-se sobre La Paz, quase como um prenúncio de que os votos indígenas de um bom governo para Evo e a frase de Hugo Chaves de que o Che estaria bailando de alegria pelas nuvens da Bolívia, encontrava seu desenho visual nos céus da nova Bolívia.

**Evo Morales empossado em cerimônia tradicional Aymara**

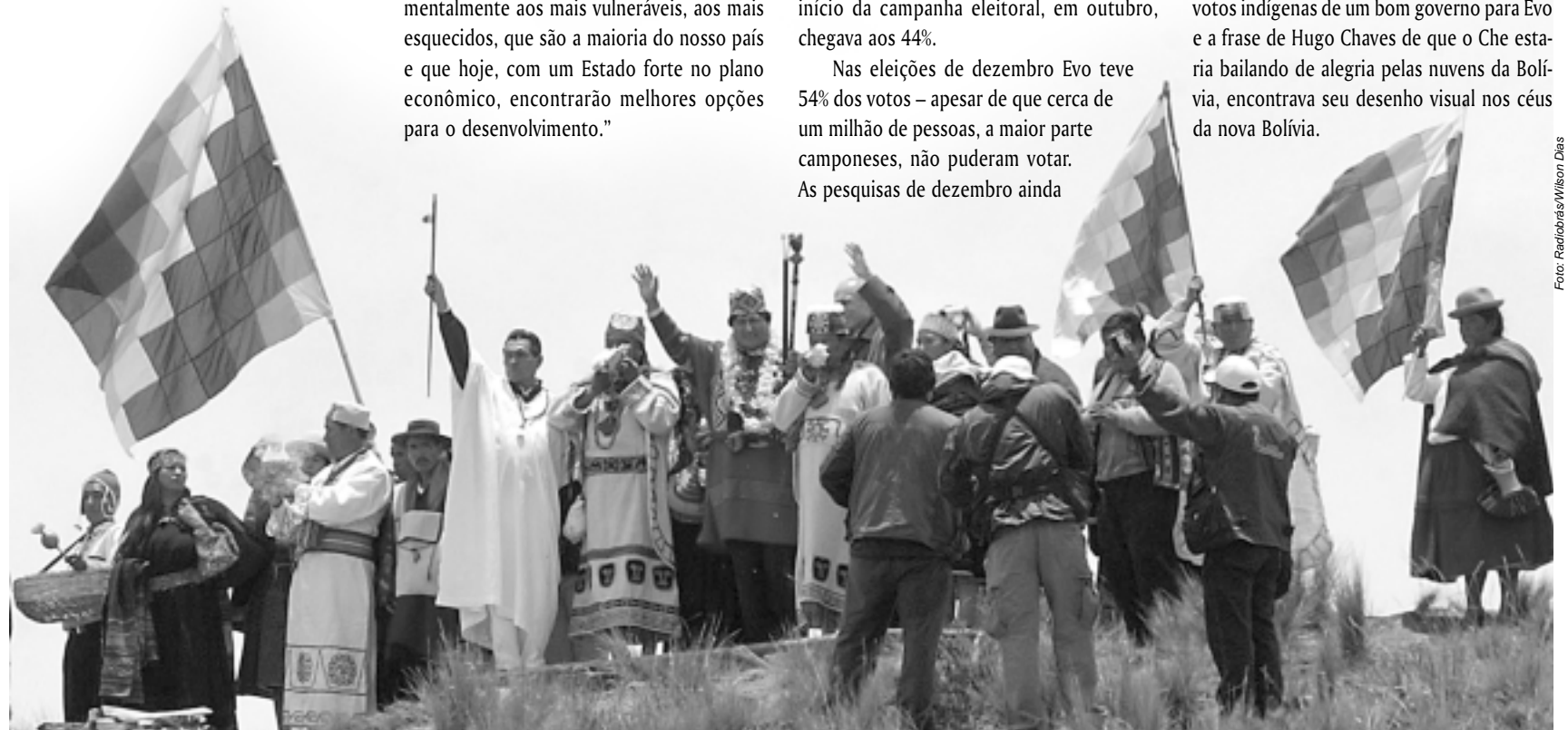


Foto: Radlobrás/Wilson Dias

# De Sepé a Dorvalino, 250 anos de luta Guarani

Egon D. Heck  
Cimi-MS

Fotos: Flávio Canellonga

Dorvalino seguia a passos lentos em direção à sua roça na Terra Indígena Nhanderu Marangatu. Preparava-se para celebrar o Natal na beira do caminho, onde montaram a resistência, depois da expulsão da sua terra. Ainda na estrada se depara com matadores contratados pelos fazendeiros. Uma bala no peito o faz tombar. Os tiros têm a mesma origem dos que mataram Marçal, Dorval, José Martins e da covarde agressão que matou Marcos Veron. Inúmeros tombaram sob a prepotência dos invasores.

Agitado e revoltado com a decisão de expulsarem seu povo das sagradas e fartas terras em que viviam, nas cochilhas do Rio Grande, na região do rio Uruguai, Sepé reveste-se da grandeza, força e fé de sua gente e vai enfrentar os inimigos dos exércitos espanhóis e portugueses. Uma lança traiçoeira o faz tombar ao chão. Um tiro fatal envolve o sonho em sangue e faz brotar ali a utopia de ver um dia seu povo liberto viver em paz.

Essa é a história marcante de um povo que, montado nas asas da liberdade, nunca se deixou vencer. Foram caçados como escravos pelos bandeirantes, foram reduzidos nas missões, foram expulsos e viram suas terras e vidas saqueadas, sofreram derrotas, mas jamais foram vencidos. Resistem heroicamente até o futuro. Escreveram uma das páginas mais bonitas da América do Sul. Viveram na abundância e fartura, construíram espaços de vida, fé e resistência que hoje são tombados como patrimônio da humanidade. Jamais abdicaram de sua dignidade e liberdade. Vivendo confinados, acampados nas beiras das estradas ou em refúgios da natureza, tangidos inúmeras vezes pelo sistema do Mal, continuam sua caminhada na busca da Terra Sem Males. À sua frente marcham Sepé, Marçal, José, Marcos, Dorval, Dorvalino e milhares de anônimos guerreiros e santos que derramaram seu sangue Guarani nestes cinco séculos de invasão, saque e destruição.

## Expulsão e mortes, para que o mundo saiba

Início de dezembro de 2005. Uma decisão do Tribunal Regional Federal, 3ª. Região, São Paulo, pela reintegração de posse solicitada pelas fazendas Ita Brasília e Pequiri Santa Creusa deu início a uma longa vigília que só terminaria com uma operação de guerra executada pela Polícia Federal, para expulsar os Guarani Kaiowá de Nhande Ru Marangatu, no dia 15 de dezembro.

O pânico e a preocupação tomaram conta das mais de duzentas famílias que estabeleceram suas roças e moradias dentro do território tradicional demarcado e homologado pelo presidente Lula em março de 2005. Em nota, o Cimi-MS lembrou que “qualquer violência que vier se perpetrar contra essa comunidade indígena será uma mancha de sangue na imagem do nosso país”. Porém, os índios continuavam não acreditando que tamanha barbaridade pudesse ser cometida



contra eles. Unidos e dispostos, animados pelos seus líderes religiosos e o espírito de seus guerreiros, mobilizaram todas as suas forças para enfrentar heroicamente mais esse golpe contra sua gente.

O Ministério Público ainda recorreu ao Supremo Tribunal Federal, porém, o presidente do Tribunal, Nelson Jobim, não aceitou o recurso. Ainda no dia 14 de dezembro houve uma última tentativa de diálogo e acordo para evitar o despejo. No entanto, já no final da tarde, a polícia estava de prontidão para expulsar os índios no outro dia pela manhã. Uma das lideranças Kaiowá ligou para o Cimi pedindo “avisem os jornalistas e nossos amigos para que venham ver e sentir o que vai acontecer, para que o mundo saiba o que vão fazer conosco e o que vamos fazer diante desse absurdo”

## O triste amanhecer

Apesar das poucas horas que separavam o telefonema do início da operação de guerra, vários representantes da imprensa e amigos procuraram chegar ao local antes da meia noite. Também as lideranças do povo que estavam reunidas na terra Sombreiro, fazendo avaliação e planejamento das ações a favor de seu povo, sentiram-se convocadas. Um grupo de lideranças da Comissão de Direitos Kaiowá Guarani se dirigiu a Nhande Ru Marangatu.

A noite foi de rituais, rezas, danças e convocação de todas as forças para evitar a retirada violenta dos Kaiowá de suas terras. O palco escolhido foi a estrada. É ali que haveriam de receber os policiais a mando da Justiça. E assim foi.

Quando os primeiros raios do sol se lançaram sobre os apreensivos corações, foram logo seguidos pelo ronco de um helicóptero. Era o sinal que vinha do alto. A força da expulsão estava a caminho. Não demorou a ser confirmada a presença próxima dos efetivos militares. A notícia foi oficialmente comunicada pelo Procurador da República em Dourados, Charles Pessoa. Emocionado, ele procurou reanimar a população ali presente, dizendo que infelizmente iria acontecer o



despejo, mas que essa seria apenas uma batalha perdida, mas não estava perdida a guerra. Falou também que nos últimos três anos essa estava sendo a primeira expulsão, pois a última havia acontecido em 2002, em Takuara.

Apesar da iminência da chegada da polícia, esta levou mais de duas horas até chegar ao local. Quase duas centenas de policiais posicionaram-se estrategicamente, fechando a estrada, enquanto um contingente armado de fuzis e outras armas pesadas, com escudos se dirigiu para o local em que os índios se encontravam. Logo se formou um grupo para dialogar e saber o que de fato vinham fazer. Apesar de muita conversa, por mais de uma hora, o comandante foi irredutível, dizendo que tinha que cumprir a reintegração. E assim aconteceu. Mal os policiais acabavam de jogar os pertences retirados de algumas casas nos caçambas da prefeitura, os peões dos fazendeiros tocavam fogo nos barracos e passavam o trator sobre outras casas. Várias casas foram queimadas com todo o material das famílias ainda dentro. Enquanto isso os fazendeiros comemoravam e os peões se encarregavam da destruição.

Aos poucos começaram a surgir os primeiros barracos na beira da estrada. A decisão de não abandonar sua terra foi tomada em conjunto.

Apesar da violência sofrida, o povo não se abateu. Várias mulheres desmaiaram, porém não desanimaram. Logo no dia seguinte da expulsão velaram uma criança que nasceu prematura. Foi o primeiro velório no local. Poucos dias depois outra criança morreu em decorrência da desnutrição e das más condições de sobrevivência na beira da estrada. Novamente choram a perda de mais uma vida. Na véspera do Natal, quando estavam preparando a celebração da data, para reanimar e procurar novas forças, um tiro covarde e fatal tirou a vida de Dorvalino Rocha. Mais um momento de comoção e revolta. Mas a vida e a luta continuam. A estrada é o cenário da resistência, do sofrimento e também da esperança.

## Mobilização e solidariedade

Toda essa seqüência de violência e desrespeito gerou não apenas indignação e revolta de inúmeras instituições nacionais e internacionais, bem como de pessoas ligadas aos direitos humanos e das minorias, mas também se transformou numa grande corrente de solidariedade e mobilização pela causa dos Guarani Kaiowá de Nhande Ru Marangatu.

O assassinato de Dorvalino fez com que uma comissão integrada pelo Secretário Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vanuchi, pelo presidente da Funai, por representantes do governo do estado, delegados da Polícia Federal e pelo prefeito de Antonio João fosse ao acampamento dos índios dia 27 de dezembro. Após ouvirem as falas cortantes dos representantes da comunidade, várias promessas foram feitas, dentre as quais a agilização do inquérito e punição dos culpados pela morte para que os índios possam voltar para sua terra o quanto antes.

## A mobilização em Dourados

Uma manifestação contra a violência, pela paz e justiça foi organizada pelos Guarani em Dourados. A cidade é palco das piores situações de terra e violência. “Queremos nossas terras de volta” e “queremos os assassinos dos nossos líderes na cadeia”, expressaram os 800 Kaiowá durante a manifestação.

Depois de caminhar pela rua principal, os manifestantes foram até a sede do Ministério Público para entregar ao procurador Charles Pessoa uma carta de agradecimento pela luta que tem travado para garantir os direitos indígenas na região e solicitar firme empenho para a punição dos responsáveis pelo assassinato de Dorvalino. Por fim, a manifestação seguiu até a Justiça Federal com intuito de ser recebida pelo juiz Roberto Polini, o mesmo que assinou o mandado de reintegração de posse e a soltura do réu confesso do assassinato de Dorvalino. Depois de mais de três horas de espera, tempo em que ficaram cantando e celebrando seus rituais, uma comissão de 6 representantes indígenas foi recebida pelo juiz. Após ouvir relatos fortes sobre os acontecimentos e as conseqüências das decisões da Justiça, o juiz Polini procurou explicar a atuação lenta da Justiça.

Na luta pacífica dos Kaiowá, as principais armas são a fé e a paciência

**Assembléa Chiriguano, instância máxima dos Guarani na Bolívia**

Fotos: CIPCA



# Kuruyuki, o encontro de um povo

**CIPCA**

*Centro de Investigación y Promoción del Campesinato*

O povo Guarani na Bolívia, onde é conhecido como Chiriguano, tem uma história de ressurreição que se reflete em uma incontável quantidade de batalhas e rebeliões em busca de sua liberdade. Foi combatido durante os trezentos anos de colônia, finalmente foram os crioulos republicanos os que golpearam dura e sistematicamente cercando-os até os últimos redutos da Cordilheira. A matança de Karitati em 1840, a derrota de Ivamiarapÿta em 1850, o massacre de Macharety em 1855, a derrota de Iguembe em 1874, seguida das matanças sucedidas em Yuki y Morokujati, são episódios que contribuíram para uma condição de extermínio Guarani frente ao exército republicano, privando-lhes das terras, assediando-lhes com vacas de terceiros, coloniais. Muitos vieram obrigados a empatronar-se, outros se refugiaram nas missões obrigados a se cristianizar.



Vieram Chiriguanos de todas as partes da Cordilheira, conseguindo mobilizar 6000 kereimbas, com o propósito de romper as correntes da servidão a que estavam submetidos, terminar com os abusos dos quais eram vítimas e recuperar suas terras ocupadas pelos karai. Apiaguaiqui Tumpa foi quem organizou a batalha com a ajuda de Mburuvichas e os kereimbas de 15 comunidades, iniciando ofensivas com êxito em numerosas fazendas dos lugares próximos a Camiri, Lagunillas, Alto Parapetí, Charagua, Ñankaroina, Karandetí, entre outras.

Os karai também se organizaram em Santa Rosa de Cuevo, missão que serviu de quartel central para os fazendeiros. As notícias das ofensivas Guarani contra as fazendas mobilizou a força republicana e a estes se uniram ainda alguns Guarani servidores de karai. Quando tentaram tomar de assalto o quartel de Santa Rosa foram derrotados.

Em 28 de janeiro 1892, na planície de Kuruyuki, esta comunidade sofreu a última matança de sua história, que é lembrada como o massacre ou etnocídio mais terrível já cometido pelo Estado boliviano. O líder Apiaguaiqui havia decidido enfrentar direta e frontalmente na grande planície de Kuruyuki as tropas republicanas, que só precisaram de oito horas para vencer aos kereimbas.

Mas o massacre seguiu ao longo dos dias, uma caça implacável para terminar definitivamente com a resistência que durava por três séculos. Ao cabo de três meses de caça e venda de mulheres e crianças para as fazendas, as forças republicanas conseguem encontrar Apiaguaiqui. Ele é fuzilado e exposto na praça de Monteagudo.

## Conseqüências da derrota

Estes acontecimentos desarticularam e dispersaram o povo Guarani, que passou por quase um século de silêncio para sua reconstituição. Resultado desta batalha: desaparecem e morrem por volta de 1.500 Guarani.

Estes acontecimentos, seguidos da Guerra do Chaco, contribuíram para o agravamento da pobreza entre a população Guarani, bem como para a desintegração familiar e comunal com a perda de sua identidade e da pouca confiança no Estado boliviano. Da mesma forma, a reforma agrária de 1953, cujos benefícios não chegaram às comunidades, mas, sim, favoreceram aos fazendeiros, consolidando e expandindo suas propriedades, inclusive, se apoderando de novas terras, são fatores que resultam no processo de dispersão social e cultural imposta em seu início pela colônia e legitimadas pelo Estado republicano.

## Kuruyuki, reconstituição e um povo

Contudo, este povo que viveu quase quatro séculos de perseguição e morte foi capaz de recuperar a reestruturação social e política que é hoje a parte mais importante de sua história, uma história que iniciou no mesmo momento da sua derrota em Kuruyuki.

Hoje, a Assembléa do Povo Guarani celebra Kuruyuki como sua reconstituição histórica, o reencontro de um povo situado entre dois marcos polarmente opostos. Por um lado a desarticulação do povo Guarani após essa trágica batalha, mas também sua rearticulação na Assembléa do Povo Guarani, que tem conquistado o reconhecimento do Estado, da sociedade e de outras organizações sociais, com o resgate e a revalorização da memória cultural e histórica de seu povo, o fortalecimento da unidade e solidariedade, além do resgate de um feito histórico com impulso de seu desenvolvimento.

## Estrutura Organizacional do Povo Guarani na Bolívia

Os Guarani têm uma só organização que se chama Assembléa do Povo Guarani (APG), a mesma que representa a 23 capitãias e mais de 300 comunidades. Esta organização tem três níveis: nacional, zona e comunal, cada um deles com estrutura organizativa com muitos cargos similares que facilitam a coordenação interna

Em cada um deles a máxima instância de decisão é a "Assembléa". O corpo executivo está composto em nível nacional por um presidente, uma vice-presidenta, um coordenador de Capitães e responsáveis de produção, infraestrutura, saúde, educação, gênero, terra/território e recursos naturais. Na zona estão o primeiro capitão, segundo capitão e os responsáveis de produção, infraestrutura, saúde, educação, gênero, terra/território e recursos naturais

A comunidades tem os mesmos cargos que a zona, incluindo um secretário, dois advogados e os delegados de clubes esportivos.



**Sepé Tiaraju**  
250 anos de resistência

## Apiaguaiqui Tumpa e o último levante

A partir de 10 de dezembro de 1891, os feitos se desencadearam com grande rapidez. A aparição súbita de Apiaguaiqui Tumpa, anunciando a liberação Guarani da opressão karai (não-índios) contra a resistência guerreira, colocou em ebulição os sentimentos de libertação. Depois de se reunirem em uma grande assembléa, os Guarani decidiram que era melhor fazer a guerra que confiar nos karai. Nesses dias, depois de várias tentativas de chegar a um acordo, uma kuñati (moça) foi violentada e assassinada pelo Corregedor de Cuevo. Isso foi fatal e impulsionou a decisão com um só lema "tem mais sentido morrer combatendo que viver em condições tão distante de nosso ñande reko".

# O ANTI-HERÓI Sepé Tiaraju COMEMORAÇÃO E RESISTÊNCIA



Ilustração: Arthur/Mensageiro

**Paulo Suess**  
Assessor Teológico do Cimi

**N**o dia 7 de fevereiro de 2006, os dois Brasis comemoram os 250 anos que se passaram desde o massacre de Sepé Tiaraju e dos Sete Povos das Missões. Comemorações oficiais desviam o olhar crítico dos cidadãos da administração pública para mitos fundadores, gestos heróicos, promessas de glórias futuras nas quais “a festa vai rolar”, segundo o *script* das elites, sem participação do povo. São cultos ao esquecimento, liturgias que desarmam os guerreiros homenageados e se apropriam de sua causa.

A comemoração do Brasil dos movimentos sociais adverte para o fundo ideológico das palavras “fraternas” de ordem e dos *outdoors* da história oficial. Exige que a prática de acender duas velas, uma para Deus e outra para o diabo, se transforme numa opção pelas vítimas e pela ruptura que a sua causa exige. Sepé, o anti-herói dos impérios ibéricos e das Missões, adverte para o desequilíbrio de estruturas políticas que exigem dos povos indígenas e dos pobres, para a sua sobrevivência, heroísmo.

## 1 Cenários de uma comemoração fracassada

Ao celebrar a morte de Sepé e a destruição dos Sete Povos das Missões, é importante lembrar alguns cenários produzidos por ocasião da festa que comemorou os 500 anos que possam servir de advertência.

### Destruição do “Monumento à Resistência”

Próximo à cruz de aço que o governo federal tinha instalado, no dia 17 de março de 2000, na terra indígena Coroa Vermelha/BA, os Pataxó estavam construindo um “Monumento à Resistência”. Na noite do dia 4 de abril, um batalhão de mais de 200 policiais militares, sob o comando do coronel Wellington Müller, invade essa terra indígena. Um trator avança sobre o mo-

numento indígena em construção, um mapa da América Latina que estava emergindo do chão da aldeia e, sob os protestos dos Pataxó e de outros grupos populares, destrói a obra.

### Tropa de choque, gás lacrimogêneo, balas de borracha

Manhã, 22 de abril de 2000, chuva fina sobre Cabralia. A marcha de 2 mil índios, somando com outros participantes do movimento popular umas 5 mil pessoas, está se formando e saindo rumo à Porto Seguro. De repente, a tropa de choque da PM baiana atira sobre os participantes da marcha bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha. Gildo Terena, 18 anos, da

Aldeia Campo Novo/MT, de braços abertos, andando ajoelhado em direção à tropa de choque, tenta evitar o lançamento de novas bombas contra os manifestantes. Depois, deitado no chão, é pisoteado pelo pelotão e, finalmente, senta no asfalto em prantos. Com ele, a reivindicação de outros 500 anos, e nele, todos os povos indígenas mais uma vez agredidos.

### Despir-se dos 500 anos

Revoltados com a violência dos PMs, com grito rouco e canto de guerra, os Kayapó, sobretudo as mulheres, rasgaram com o facão, com as mãos, com os dentes suas roupas e as jogaram na estrada. Estavam ali andando rápidos pelo acostamento, corpos pintados, cabeças enfeitadas com penas de Arara, guerreiros altivos. Ao desnudar seus corpos e devolver as roupas que nunca eram suas, puseram a nu as encenações da comemoração oficial e disseram, simbolicamente: guardem suas roupas para o próximo carnaval e deixem-nos em paz.

### Nau sem rumo – com os burros n'água

Dia 25 de abril, já com muito atraso, a réplica da nau capitânia de Pedro Álvares Cabral deveria sair para a pequena viagem entre Salvador e Santa Cruz de Cabrália. Quando as velas foram abertas, o mastro central, símbolo fálico do Brasil autoritário e machista, não resistiu à pressão do vento, quebrou e levou a réplica a deriva. Depois de ainda ter falhado o seu motor, a embarcação foi rebocada para o estaleiro na Praia de Inema da Marinha, em Aratu, região metropolitana de Salvador. Não chegou, como planejado, à encenação da Primeira Missa. Meses depois, a nau seria



adaptada às exigências cenográficas do filme *Desmundo*, que narra a história de uma adolescente portuguesa que vem ao Brasil em 1550.

### Encontro dos dois Brasis

Coroa Vermelha, dia de chuva, 26 de abril. Missa celebrada ao ar livre por Ângelo Sodano, secretário de Estado do Vaticano, e cerca de 300 bispos. Os bispos presidentes, ex-presidentes e vice-presidentes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) não participaram da celebração num gesto de solidariedade aos índios humilhados nos dias anteriores. Com certo atraso, Matalawê, Pataxó de 24 anos, conseguiu furar o esquema oficial em torno do altar e foi direto ao ambo. Iniciou sua “homilia”: “Hoje é um dia que poderia ser um dia de alegria para todos nós...”. Falou dos 500 anos de sofrimento, de massacre, de exclusão, de preconceito, de exploração, de extermínio. “(...) Com tudo isso não vão impedir a nossa resistência. (...) Estamos de luto. Até quando?” Aos aplausos emocionados de uns seguiu o pedido de desculpas do bispo local de Eunápolis ao cardeal Ângelo Sodano pelas palavras de Matalawê. Dois setores de uma mesma Igreja, dois Brasis. O encontro entre esses dois Brasis é inevitável. Será sempre doloroso. Não precisa ser num campo de batalha, nem na prisão, nem no cemitério.

Fotos: Roberto Liebigoth



## 2 Reconstrução histórica

As comemorações dos 250 anos do massacre de Sepé Tiaraju com seus 1.500 guerreiros guarani têm um importante significado não só para o Brasil, mas para toda a América Latina. Os fatos que levaram ao despejo dos Sete Povos das Missões estão num contexto geopolítico, determinado já na época não só pelas coroas ibéricas, mas também por França e Inglaterra.

### Tratado de Madri (1750)

No início da conquista, o Tratado de Tordesilhas (1494) definiu a divisão do Novo Mundo entre Espanha e Portugal. Uma linha divisória passava, na sua extensão meridional, ao largo do litoral do atual Estado de Santa Catarina. Mas as conquistas de territórios continuaram e, no Tratado de Madri, de 1750, as Coroas Ibéricas decidiram reconhecer essas novas ocupações recíprocas. O Tratado de Madri, que foi um ajuste geopolítico de fronteiras baseado em critérios da *Realpolitik*, reconheceu a expansão do domínio português na Amazônia e a ocupação das Ilhas Filipinas pela Espanha.

No norte, a corrida em busca das “drogas do sertão” já tinha determinado a incorporação de grande parte da Amazônia ao império português. No sul, a descoberta do ouro fez o domínio luso avançar em direção ao oeste. A Espanha queria incorporar ao seu império a Colônia do Sacramento, uma cidade portuguesa fundada em 1680, em frente a Buenos Aires. Essa colônia passou várias vezes do domínio de Portugal para o da Espanha

e vice-versa. Devido à hostilidade espanhola, a manutenção da Colônia do Sacramento tornou-se dispendiosa para Portugal.

O Tratado de Madri previa a permuta da Colônia do Sacramento, que era dos lusos, com o território dos Sete Povos das Missões, dos espanhóis, na margem esquerda do Rio Uruguai. Na lógica de Estado, Portugal fez um bom negócio. Trocou por uma colônia que era apenas uma cidade fortificada, um grande território, a metade de uma província que fazia parte das Missões Guaraníticas à margem esquerda do Rio Uruguai. Agora, o Brasil português, que bandeirantes, sertanistas, militares e religiosos criaram, foi legitimamente reconhecido pela Espanha. O Marquês de Pombal, desde 1750 primeiro-ministro de D. José I, em Lisboa, e seu irmão Mendonça Furtado, governador-geral do Grão-Pará, colheram alguns frutos indiretos do Tratado de Madri: o reconhecimento das ocupações portuguesas na Amazônia, a recuperação do poder temporal nas aldeias indígenas e a expulsão dos jesuítas de toda a América Latina.

Mas, no decorrer do tempo, ambos os lados ficaram insatisfeitos com o Tratado de Madri. Quando Joaquim Viana, cujo tiro matou Sepé, entrou, em 17 de maio de 1756, em São Miguel Arcanjo, exclamou maravilhado com as belezas dessa redução: “E este é um dos povos que nos mandam entregar aos portugueses? Deve estar louco o pessoal de Madri para desfazer-se de um povoamento que não encontra nenhum rival em Paraguai.”

Novamente, a realidade se mostrou mais forte. O Tratado de El Pardo (1761) suspendeu o Tratado de Madri e os Sete Povos voltaram à Espanha. Depois de permanentes disputas territoriais, em 1777, com o



Foto: Ricardo Stuchler



## **Mantendo a chama da rebeldia e da liberdade, os Guarani seguem em seu modo de vida baseado em valores de solidariedade e forte espiritualidade**



Tratado de Ildefonso, a Colônia e os Sete Povos ficaram mais uma vez com a Espanha. Para os herdeiros dos impérios, a situação ficou finalmente resolvida pelo Tratado do Rio de Janeiro, de 1828, com a criação do estado-tampão do Uruguai e a conseqüente delimitação das fronteiras. A Colônia do Sacramento se torna Uruguai e a terra dos Sete Povos pertence, definitivamente, ao Brasil. No início do século 19, a situação dos Guarani, no Brasil já bem poucos, continuava subordinada aos interesses econômicos imediatos da população local e das elites que se beneficiaram, nos respectivos Estados Nacionais, da independência. Os colonos luso-brasileiros aproveitaram os materiais dos prédios missionários para a construção de suas casas particulares. Ruínas testemunham a devastação da experiência das Missões.

### **Os Sete Povos das Missões**

Na época da união das coroas ibéricas, de 1580-1640, precisamente em 1610, se deu a primeira implantação do projeto missionário no território que hoje pertence ao Brasil, na região de Guaíra, no atual estado do Paraná. Outros jesuítas chegaram ao Itatim, no Mato Grosso do Sul atual. Para se protegerem das investidas dos mamelucos paulistas em busca de escravos, essas missões migraram para o sul, em direção ao Rio Uruguai e para as reduções do Tape, no Rio Grande do Sul atual. Em 1626, Roque Gonzáles S.J., com a imagem da Nossa Senhora da Conquista em punho, atravessou o Rio Uruguai em direção ao Rio Grande do Sul, fundando a redução de São Nicolau.

A partir de 1635, as reduções do Tape e as da margem esquerda do Rio Uruguai tam-

bém foram atacadas. Os jesuítas conseguiram autorização para armar os índios. Na batalha de Mbororé, em 1641, os Guarani derrotaram quase 2 mil bandeirantes paulistas. Mas as reduções do Tape e da margem esquerda foram destruídas. Jesuítas e Guarani se mudaram para a margem direita do Rio Uruguai.

No início do século 18, os jesuítas retomaram a construção das missões do lado esquerdo do Rio Uruguai, formando os chamados Sete Povos das Missões (São Nicolau, São Luís, São Lourenço, Santo Ângelo, São João, São Miguel e São Borja). Essa era a área que a Espanha entregara ao Império Português.

Aos moradores da Colônia do Sacramento foi facilitado o transporte dos seus pertences à terra nova do território português ou permitida a permanência na Colônia onde se tornariam vassallos da Espanha. O trato com os moradores das Missões era diferente. O Tratado de 1751, art. 14, determinou que os 30 mil Guarani e os missionários tinham de evacuar as “povoações da margem oriental do rio Uruguai totalmente” e procurar outras terras no domínio espanhol.

Os Guarani dos Sete Povos eram súditos do rei da Espanha e dos governos de Assunção e Buenos Aires, para os quais prestaram serviços na construção de fortificações e defesa militar. Os Guarani das Missões não aceitaram o despejo de suas terras. Lusos e espanhóis não aceitaram tentativas de mediação da parte dos jesuítas e partiram para uma solução militar. De 1753 a 1756, os Guarani resistiram ao exército luso-espanhol. Os jesuítas foram instruídos pelo padre Lopes Luís Altamirano, emissário do seu Superior Geral, que de sua parte se esperava obediência às exigências do Tratado de Madri. Uns poucos

jesuítas, como Lorenzo Balda, cura de São Miguel, e seus dois auxiliares, Miguel de Soto e Diego Palácios, ficaram ao lado dos índios. A população missionária ficou irritadíssima com a suposta falta de lealdade da maioria dos seus missionários.

Na fase decisiva dessa guerra, foram liderados por Sepé Tiaraju, corregedor (prefeito) de São Miguel Arcanjo, na época com cerca 10 mil habitantes. Sepé era índio missionário, provavelmente já cristão de terceira geração. Não substituiu valores fundamentais de sua cultura por virtudes secundárias de um cristianismo colonial, como submissão escrava ou obediência tutelar. Soube articular, temporariamente, uma espécie de Confederação Guaranítica. Evitava grandes batalhas. Era *expert* em guerrilha. A famosa frase “Essa terra tem dono e nós a recebemos de Deus e de São Miguel”, segundo alguns pesquisadores, se encontra nos arquivos do Exército Espanhol de Demarcação. Sepé a teria pronunciado em fevereiro de 1753, às margens do rio Camaquã, entre os atuais municípios de Bagé e Caçapava do Sul. De forma semelhante, a frase constava nas duas cartas encontradas com Sepé, na hora de sua morte. Pode ser lida como frase de efeito pelo povo sem terra e pelos defensores da propriedade privada. Mas é possível também ver nessa frase a convergência de um messianismo guarani e cristão. Num momento derradeiro, a intervenção de Deus e de Miguel Arcanjo é tida como tão segura que a morte iminente se torna improvável, leitura perigosa essa, porque, historicamente, todos os messianismos fracassaram.

No dia 7 de fevereiro de 1756, na entrada do mato, o cavalo de Sepé deu um passo

em falso. Sepé caiu. Um soldado português o derrubou com uma lança. Joaquim Viana deu-lhe o tiro mortal. Com a morte de Sepé, Neenguiru assumiu o comando militar dos guerreiros missionários. Dois dias mais tarde, no confronto de Caiboatê, 1.500 guarani foram massacrados pelo exército que uniu portugueses e espanhóis. Na Barra do Rio Grande e em Buenos Aires os militares mandaram cantar um “Te Deum”. A maioria dos sobreviventes abandonou as Missões caminhando para a margem direita do Rio Uruguai. Na fronteira, os índios foram impedidos de levar seu gado e outros pertences. Outros foram levados pelos portugueses, vindo fundar as aldeias de São Nicolau de Rio Pardo, São Nicolau de Cachoeira (hoje no município de Cachoeira do Sul) e Nossa Senhora dos Anjos (hoje Gravataí). Depois da destruição das Missões, a situação jurídica voltava ao que era antes no rio da Prata. Também os jesuítas voltavam para aquilo que restava das Missões: casas queimadas, lavouras abandonadas, o gado selvagem no mato, índios errantes pela região. Recomeçaram tudo de novo, até a sua expulsão em 1767.

Os jesuítas, fiéis às coroas ibéricas ou em armas contra elas, ao lado dos Guarani, tiveram sorte semelhante aos índios. Pombal os considerou uma espécie de bode expiatório para todos os males da Colônia e um poder paralelo. Em nome da liberdade dos índios, atacou seu poder temporal nas aldeias. Em 1759, foram expulsos da América portuguesa e, em 1767, da espanhola. Pelo Diretório das Missões, de 1757, as missões são transformadas em paróquias, os missionários em párocos. O poder temporal dos missionários é substituído pelo poder temporal do diretor dos índios que, segundo Tavares Bastos, se tornou seu ladrão oficial. Os índios pagam a sua liberdade declarada com o dízimo ao Estado e com o sexto ao diretor. Foi estabelecido o serviço obrigatório dos índios para os colonos por um determinado pagamento. No século que se seguiu à “emancipação pombalina” dos índios e à expulsão da Companhia de Jesus, os índios, que eram maioria na Amazônia e nos Sete Povos do Rio Grande de São Pedro, se tornaram minoria.

### 3 Avisos aos sobreviventes: lutar não é em vão

Seguem alguns lembretes para a comemoração do anti-herói Sepé Tiaraju. Anti-herói porque lutou contra luso-brasileiros e espanhóis americanos; anti-herói porque desaparece no meio de seu povo; anti-herói contra uma obediência em função da razão de Estado; anti-herói porque questiona qualquer pertença nacional e religiosa; anti-herói porque não confirma nada, questiona tudo. Assim, Sepé Tiaraju se faz mestre para as lutas populares e santo para as comunidades.

#### Comemorações

As comemorações em torno do massacre dos Sete Povos das Missões e de Sepé Tiaraju e de seu resgate do esquecimento e das explicações oficiais só têm um sentido: fortalecer o imaginário e a fé dos movimentos sociais num outro mundo possível, fortalecer a sua organização e resistência e de escutá-los boquiaberto.

As comemorações não visam à construção de réplicas ou à reconstrução arqueológica de fatos históricos que explicariam a sua seqüência lógica. O massacre pode ser lembrado, não explicado. Mas a memória pode transformar o luto em advertência.

#### Solidariedade

No resgate histórico não há “destino” a descobrir nem “sentido escondido” a exumar, mas a possibilidade de mostrar o projeto de vida dos pequenos em andamento, em seu realismo, sem cultura pura ou classe redentora. Aos movimentos de solidariedade (de Igrejas, sindicatos, setores políticos da esquerda e de algumas ONGs) cabe contribuir para as rupturas sistêmicas e para a organização e autodefesa das classes marginalizadas. Nada surgirá do caos histórico *como era antes*, mas também nada será *sem o antes*.

#### Oportunismo sistêmico

Os movimentos sociais e os povos indígenas em particular chamam a atenção para o oportunismo e a parcialidade elitista do sistema político, jurídico e parlamentar. Mediante a globalização do capital e do mercado protagonizado por agentes locais, as democracias administradas no interior do Estado nacional se tornam cada vez menos capazes de garantir o bem comum e as conquistas históricas da modernidade.

#### Modernidade

Os movimentos sociais não representam uma alternativa à modernidade, mas seu resgate e sua complementação. Os povos indígenas, por exemplo, não são anti, extra ou pré-modernos, mas representam a cobrança das promessas da modernidade: autonomia, autodeterminação, subjetividade, racionalidade vivencial, articulação da diversidade cultural com a

Fotos: Egon Heck



**As celebrações em torno da figura de Sepé servem para despertar em todos a força para um outro mundo possível**

solidariedade social, o direito a visões diferentes do mundo e o reconhecimento dessas visões como parte integrante dos direitos humanos universais.

A identidade nacional ou continental, antes de ser um pressuposto, é uma meta a ser construída no plural, visando a um espaço/tempo no qual as histórias milenares dos povos indígenas e africanos podem ser contadas sem ressentimento e sem ufanismo. Atenas, Jerusalém e Roma não são mais universais (ou modernos) do que Tenochtitlan, Tiwanaku, Marajó ou Luanda.

#### Tradições

Tradições culturais e crenças religiosas são importantes para a mobilização dos movimentos populares, desde que não se revistam de pretensões hegemônicas e perspectivas messiânicas que, respectivamente, impossibilitam a articulação com outros movimentos e enfraquecem a racionalidade política e a mobilização histórica. As mesmas crenças podem mobilizar gregos e troianos. No continente latino-americano, as cidades dedicadas a São

Tiago, na conquista espanhola, e a Nossa Senhora da Vitória, na conquista portuguesa, testemunham a instrumentalização do imaginário religioso contra os povos indígenas. A invocação de São Miguel Arcanjo, por Sepé, não conteve os exércitos ibéricos naquela derradeira batalha. Contra a barbárie não existe milagre, nem santo.

#### Canonização

O povo já canonizou Sepé Tiaraju, invocando-o como São Sepé. Mas nenhum passado “glorioso” e nenhum herói solitário garantem fatalmente o futuro de um povo ou grupo social. Os que se empenham na sua canonização oficial devem avaliar a plus-valia popular de um São Sepé do calendário eclesial diante de um simples São Sepé, sem registro litúrgico oficial. Um mobiliza mais aliados ou produz mais força organizacional para os movimentos que o outro? Qual dos dois sustenta melhor o imaginário utópico?

#### Ruptura

As classes subalternas sabem que sua vida e seus projetos podem ser interrom-

pidos a qualquer instante. Atrás de cada ato heróico, a regressão à barbárie representa um fato cotidiano. Basta ler o “Relatório de Violência do Cimi” para o ano de 2005, basta fazer uma visita aos Kaiowá Guarani, da Nhandaru Marangatu/MS, expulsos de sua terra homologada, casas queimadas, e agora acampados à beira da estrada.

Hoje, Sepé aponta para a barbárie cotidiana e para a necessidade da ruptura com o Sistema de Amparo ao Latifúndio (SAL), ao latifúndio do capital, do direito, dos meios de comunicação, da terra e da água. O SAL amargo do mundo globalizado ameaça transformar o hábitat da humanidade em mar morto. Ainda podemos jogar a cal da nossa palavra e organização sobre os cadáveres da mentira que estão boiando nesse mar. E, porque dissemos algo mordente e fizemos algo relevante, o SAL não conseguiu arrancar a voz da nossa garganta nem amarrar os nossos braços. Continuemos, posseiros da vida, caminhadores de estrada! Um Deus fará do barro desses cacos de São Miguel criaturas à sua semente.

# A morte de Sepé Tiaraju

**Benedito Prezia**  
Toponimista

Interessante, chocante e pouco conhecido é o relato do episódio da morte do Capitão Sepé, descrito por testemunhas oculares portuguesas e castelhanas, assim como pelos padres da Companhia de Jesus. Esses documentos encontram-se no importante livro documental de Tau Golin, *A Guerra Guaranítica*.

O relato mais completo é o diário do brigadeiro português José Custódio de Sá e Faria, *Diário da Expedição e Demarcação da América Meridional e das Campanhas de Missões do Rio Uruguay*, redigido entre 1761 e 1762, e do qual transcrevemos os principais trechos:

Dia 7 de fevereiro [de 1756]. Pelas 5 horas e meia da manhã, destroçou o nosso exército pela direita. Se marcho pelo mesmo lado para o Campo Guacay. Andaríamos 3 léguas, a rumo noroeste e norte. Paramos junto a um rio que deságua para a parte do Rio Grande [Jacuí] (...). Passaram as guardas de campo ao outro lado do rio.

De tarde, vieram inquietar alguns índios [missioneiros] de a cavalo. Como andavam alguns peões [dos nossos] avançados, tiveram ocasião de matar um peão nosso índio. Também faltou outro que, se supõe, também morto.

O general espanhol pediu a Sua Exce-lência 150 homens que, com 300 que ele mandava, faziam 450. O governador de Montevidéu, dom José Joaquim de Viana, pediu ao seu general [que] o nomeasse para comandar o dito destacamento, ao que, condescendendo [concordando], dando-lhe ordem de passar os índios à espada, no caso de resistirem. E pôs em marcha até avistar os índios, os quais principiaram a fazer diferentes escaramuças, com que, davam a entender, queriam pelear. Havendo tratado José Joaquim com Thomaz Luiz Osório, coronel-de-dragões de sua Majestade Fidelíssima [rei de Portugal] se seria conveniente atacá-los, não obstante serem já 5 e meia da tarde. Disse que sim. Pelo que determinou [que] os atacasse com um esquadrão; e, outro, fosse formado, sustentando o primeiro.

Pondo-se os índios em fuga, que seriam como 60 até 70, a nossa tropa os seguiu. (...) Com que, o dito governador de Montevidéu havendo visto um mato, que estava imediato, para onde fugiram os índios, meteu pernas ao cavalo, adiantando-se, até que chegou à vanguarda [à frente] da sua tropa, e, em particular, a um dos índios que lhe parecia ser o que os mandava, ao qual um peão português quebrou uma lança no corpo, e o governador de Montevidéu acabou de matar, com um tiro de pistola.

Pelas cartas que se lhe acharam e um livrinho de orações, como [também] por [lhe] conhecer um dos vaqueanos espanhóis, chamado Mariano, se confirmou ser o chefe dos índios, chamado Sepeê.

Vendo o governador que estava perto do mato, e que só se achava com 12 ou 14 homens, fez frente aos inimigos, despachando dois homens avisar que viesse mais gente, sem demora. Em cujo intermédio [nesse íterim] os índios [missioneiros] o iam cercando, com gritaria. Perguntando se havia algum também, lhe mandou tocar a chamada, com a qual acudiram 60 homens. E conservando-se os índios a tenacidade de atacar, a pé e a cavalo, atirando flechas e pedras, mandou dar uma descarga a primeira fileira, com a qual houvessem alguns mortos e feridos, pois imediatamente se calaram os índios.

Determinou retirar-se, por ser de noite, fazendo marchar o esquadrão (...) Havendo-se perdido da nossa parte dois mortos e dois feridos; e dos índios se encontraram até o número de oito mortos, sem incluir os que ficariam da mesma sorte mortos e feridos, com a descarga que se lhe deu.

(...) O índio Sepeê, que ficou morto, era entre os seus de grande valor e astúcia, e por isso, comandava aos demais.

As cartas que se lhe acharam eram cheias de exortações para continuar em nos fazer dano. E lhe davam os parabéns de ter já morto alguns espanhóis (ver trecho de uma das cartas à última página do Porantim).

A descrição do acidente que levou à morte de Sepé é narrada também pelo jesuíta Bernardo NUSDORFFER: *[Quis a] má fortuna que José [Sepé], seu cabo [da tropa], tropeçasse em um olho (que há muitos naqueles campos, de tatu) e, caindo do cavalo, se maltratou [machucou] de sorte que [o cavalo] não se pôde levantar mais. Lançaram-se sobre eles os espanhóis; e aí, com um pistolaço que lhe deu o governador Viana, e lançadas, lhe acabaram [a vida].*

No diário do general português Gomes Freire de Andrade, um dos comandantes



Ilustração: Arthur Mensageiro



**Sepé Tiaraju**  
250 anos de resistência

gerais da guerra, há um importante detalhe, omitido nos textos acima, e que mostra o final trágico de Sepé:

*Ficando-lhes morto sete [índios] e o grande capitão Sapé [Sepé], maior general que eles tinham, o qual [o] matou o dito governador, e lhe mandou separar a cabeça do corpo depois de morto.*

Em março, os Guaraní voltaram ao local e, a mando do líder Miguel Moyri, colocaram uma cruz onde se lia um texto escri-

to em latim, espanhol e guarani, conforme a tradição missioneira.

Esse marco ainda estava de pé, em 1815, quando por lá passou o padre português Manuel Aires de Casal, que veio ao Brasil com a família real, em 1808. É uma anotação extremamente importante, pois mostra a homenagem feita pelos Guaraní no local da morte de Sepé, apesar do conturbado momento. Vê-se também que o lugar da batalha era chamada por eles de *Guarini guasu* (Corografia Brasília, [1817] 1976, p. 63).

Não se pode esquecer que quando o exército português chegou à redução de São Miguel, três meses depois, a 16 de maio, a missão estava abandonada, o convento dos padres em chamas, prestes a atingir a igreja. O sacrário do belo santuário encontrava-se quebrado, assim como os relicários, sem as relíquias, contrastando com o artístico altar-mor, todo talhado em madeira, inacabado, pois sem a pintura dourada como citado no livro *Diário de Sá e Faria*, de Golin.

## Quanto à cruz, colocada no local da morte de Sepé, a tradução provável é:

### Nos braços da cruz é:

*“O Cristo Jesus, pai (?) dos cristãos (?) e de todos os santos”*

### E a da haste vertical:

*“No ano de 1756, sábado, 7 de fevereiro, faleceu o Guaraní Cristão José B. Tiaraju. A 10 de fevereiro, terça-feira, chegaram a Guarini Guaçu 1.500 soldados, com seus comandantes, procedentes de nove cidades do Uruguai, sendo mortas muitas pessoas. No dia 4 de março foi feita essa cruz por ordem do soldado Dom Miguel Moyri”.*

# Afinal, quem inventa índios?

Os dados do IBGE apresentam uma nova realidade sobre a identidade da nossa sociedade. A cada ano que passa o Brasil vai se tornando um pouco mais indígena

**Lucia Helena Rangel**  
Antropóloga – PUC SP

**T**endências demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000” é uma publicação do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), divulgada em dezembro de 2005, que contém um detalhamento da maior importância a respeito do perfil da população indígena brasileira. Pela primeira vez no Brasil pode-se ter uma fonte confiável que reúne os dados de população, seu número, sua localização, seus deslocamentos, taxas de natalidade, mortalidade, educação, religião, nupcialidade, idade, sexo, formando um conjunto que dá visibilidade a uma população sempre esquecida nas estatísticas oficiais.

## O que não se esperava

O dado que mais surpreendeu desde a divulgação do Censo Demográfico de 2000 foi o total da população indígena que passou de 294.131 pessoas recenseadas em 1991, para 734.127 pessoas em 2000. Esse dado foi obtido a partir da pergunta “Qual é a sua cor ou raça?”, cuja resposta oferecia as seguintes alternativas: branca, preta, amarela, parda e indígena. Os indivíduos pesquisados escolheram a alternativa de resposta sem interferência do pesquisador do IBGE. Portanto, a soma das respostas compõe o total da população autodeclarada indígena. O outro dado que surpreendeu foi o da localização da população, sendo 47.8% domiciliada em zona rural e 52.2% em zona urbana.

Desde a primeira divulgação desses dados, em 2000, eles são colocados em dúvida uma vez que a categoria indígena não é considerada cor, nem raça, tanto pelos antropólogos estudiosos da questão indígena, quanto pela FUNAI. Para estes que contestam a realidade dos dados, uma parte significativa dessa população autodeclarada indígena seria composta por “índios genéricos”, isto é, pessoas que possuem ascendência indígena de uma avó ou avô, pai ou mãe, estando já há algumas gerações ou mesmo alguns anos distanciadas de suas comunidades de origem, sem vínculos étnicos. Como seriam as respostas se a pergunta fosse formulada perguntando sobre a etnia do indivíduo pesquisado? Quem no Brasil sabe o que é etnia? Quanto essa palavra está incorporada no vocabulário comum? Talvez para o próximo censo o IBGE resolva aprimorar seu instrumento de pesquisa e aprofunde questões referentes ao povo, língua e outros quesitos para aqueles que se



declararem indígenas. Dessa forma poderíamos, talvez, separar o joio do trigo e saber quem é “índio puro”, “índio misturado” e “índio falsificado”.

## Uma política perversa

O fato é que os dados do IBGE revelam alguns aspectos perversos da política indigenista brasileira, que se mantém praticamente a mesma em todo o período republicano. Formulada com o objetivo de integrar o índio à comunhão nacional, essa política considera índio aqueles indivíduos e comunidades de ascendência pré-colombiana, que vivem em terras indígenas, mesmo que a Constituição Federal e as Convenções Internacionais legitimem a autodeclaração. O antigo SPI demarcou terras sem levar em consideração o aumento populacional. Ao contrário, levou apenas em consideração a diminuição da população que se tornaria integrada “de livre e espontânea vontade”, a partir das práticas indigenistas realizadas nas aldeias.

A graduação de povo isolado, em contato intermitente, contato permanente, integrado e extinto, foi sempre a base do raciocínio para efetuar a demarcação de terras. Se a população cresceu e inchou as aldeias, tornando-as espaços de muita tensão entre grupos locais, essa seria uma das razões que explicaria a migração para as cidades ou mesmo para outros espaços rurais ou indígenas. Então aqueles que saem por falta de terra perderiam os direitos indígenas. É a tal história: “se ficar o bicho pega, se correr o bicho come”. Os Kaiwoá/Guarani do Mato Grosso do Sul conhecem bem esse ditado.

## Nas grandes florestas de concreto

Os dados mostram, por exemplo, que as grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro são receptoras de população indígena em quantidades significativas, cuja procedência é em grande parte da Região Nordeste. Essa região era considerada praticamente despovoada de população indígena até a década de 1970; nela foram extintos inúmeros po-

Fotos: arquivo Cini



**Povos do Nordeste brasileiro ainda sofrem com o preconceito do Estado que insiste em negar sua identidade**

vos nativos. Dessa forma não era preciso demarcar terras e nem considerar o crescimento da população, afinal de contas, a demografia indígena mostrava que o controle tradicional do número de filhos indicava uma constância populacional, ou um baixo crescimento. O que se vê hoje na região é o contrário de tudo isso: as comunidades decidem assumir sua referência cultural, expõem suas histórias particulares revelando trajetórias de deslocamentos, junções de povos, acomodações territoriais e movimentos migratórios intensos. Contingentes de diversos povos do nordeste migraram para o Estado de São Paulo desde 1950 à procura de trabalho e melhores condições de vida. Alguns foram juntar-se aos povos que viviam em pequenas áreas no interior do Estado (as mesmas até hoje), mas uma grande parte ficou na capital, trabalhando na construção civil. Foi a construção do estádio de futebol do Morumbi e a urbanização do próprio bairro que motivou a formação de grandes favelas nessa área nobre da cidade, sendo uma delas a Favela do Real Parque onde vivem quase dois mil Pankararu.

O senhor Camilo Pankararu, hoje um ancião, contou que foi para São Paulo numa frente de trabalho como lenhador. Depois, trabalhou como pedreiro e outros tantos serviços urbanos ao longo de sua vida na capital paulista. Numa de suas declarações afirmou: “naquele tempo, a gente não dizia que era índio porque perdia o emprego. Foi assim durante muito tempo. Só agora é que a gente pode dizer que é índio e pedir para a FUNAI que cuide dos nossos netos”. Os Pankararu nunca perderam os vínculos com suas comunidades de origem e nunca esqueceram quem eram, apenas ocultaram sua referência cultural por necessidade e para fugir do racismo do qual sempre foram vítimas.

O estudo do IBGE revela a base estatística dessa e de outras tantas histórias que dão sustentação a autodeclaração, indicando apenas que hoje em dia não é mais preciso esconder a condição de indígena. Em todas as regiões do Brasil a população indígena cresceu em função de três fatores: a) crescimento

vegetativo, isto é, a população aumenta devido ao maior número de nascimentos do que de mortes; b) imigração internacional originária de países vizinhos tais como Bolívia, Equador, Paraguai e Peru, onde há altos contingentes de população indígena; c) aumento da proporção de indígenas urbanizados que optaram pela categoria indígena no Censo Demográfico 2000. Essas três possibilidades não são excludentes, mas, segundo o estudo, a terceira possibilidade seria a que mais pesaria no aumento tão significativo da população indígena brasileira. Assim, estariam incluídas nos 52.2% de população indígena vivendo em zonas urbanas tanto aquelas pessoas e comunidades com pertencimento a povos específicos, quanto aquelas que se classificaram genericamente como indígenas. Possivelmente há uma torcida, principalmente por parte dos setores oficiais, para que esses dados revelem uma maioria de “índios genéricos”, sem vínculos comunitários, para que não seja preciso modificar a pauta da política indigenista para atender as demandas por terras e por atendimento à população indígena urbanizada.

## Orgulho e identidade

De fato, isso dá o que pensar. Quantos brasileiros possuem uma avó “pega a laço”? O que aconteceria com a população amazônica se passassem a dar maior importância a sua avó indígena do que a seu avô cearense, paraibano, maranhense...? Então a população brasileira seria composta por maioria indígena! Será esse o temor oficial, que haveria de demarcar terras indígenas em quantidades inusitadas? Ou seria o temor de banalizar a categoria “índio”, tão bem guardada nos escaninhos acadêmicos que modelaram apenas um tipo de índio aceito oficialmente? Talvez seja por isso que o presidente da FUNAI declarou recentemente que deve haver um limite para as demarcações. Mas o próprio estudo do IBGE chama a atenção para o dever do Estado brasileiro de demarcar as terras indígenas. Já que o Estado não pode fugir a esse dever constitucional então passa, através da FUNAI, a questionar a legitimidade da autodeclaração e impõe barreiras à luta por reconhecimento de inúmeras comunidades indígenas.

**294.131** pessoas recenseadas em 1991, para **734.127** pessoas em 2000

**52.2%** de população indígena vivendo em zonas urbanas

**47.8%** domiciliada em zona rural

**A sua família está preocupada com os valores, a ética, educação dos filhos, comunicação, saúde, felicidade, futuro?**

**Assine a revista Família Cristã. A revista da família brasileira.**



**Uma revista só com assuntos que interessam a família.**

**Uma referência em assunto de família.**

**Uma palavra de iluminação para cada momento.**

**Uma esperança a cada edição.**

**Uma revista para você ler em família, na escola, em viagem, sempre.**

**Uma companheira de todas as horas.**

**Uma página para cada público.**

Para assinar a revista **Família Cristã**,  
ligue grátis:

**0800 707 6160**

[fcassinantes@paulinas.org.br](mailto:fcassinantes@paulinas.org.br)  
[www.familiacrista.org.br](http://www.familiacrista.org.br)



## Ação desastrosa da PF destrói duas aldeias e deixa nove feridos em Aracruz

**Cristiano Navarro**  
Editor do Porantim

**O**s povos Tupinikim e Guarani foram surpreendidos com a expulsão de sua terra localizada no município de Aracruz em ação violenta da polícia que deixou pelo menos nove feridos e destruiu totalmente duas aldeias. Além dos feridos e da destruição, o líder indígena Paulo Henrique Tupiniquim foi preso por resistir ao despejo.

Na manhã do dia 20 de janeiro, 120 policiais federais – incluindo um destacamento do Comando de Operações Táticas (COT), de Brasília, contando com um helicóptero, apoio da Polícia Militar e maquinário da empresa Aracruz Celulose – invadiram de forma abrupta e violenta as aldeias Tupinikim e Guarani: Córrego D'Ouro e Olho D'Água, localizadas no município de Aracruz (ES). Na ação, foram utilizadas contra os índios bombas de efeito moral, balas de borracha e casas foram destruídas e incendiadas.

“Assim que a Polícia Federal chegou aqui a gente foi conversar pra negociar a saída. Na primeira aldeia foi até tranquilo, mas na segunda eles já chegaram atirando bomba, bala de borracha e destruindo tudo”, afirma o líder Antônio Guarani.

Tamanha força mobilizada pelo Estado serviu para expulsar apenas 50 pessoas dos 11,9 hectares retomados em maio do ano passado.

A ação surpresa se configura num ato autoritário e ilegal, pois nem a Comissão de Caciques, nem a Funai, nem o Ministério Público estavam cientes, o que seria o procedimento legal. Dois Funcionários da Funai local tentaram impedir o despejo, mas não foram ouvidos pela polícia.

A liminar de reintegração de posse foi dada à empresa Aracruz Celulose pelo juiz federal, Rogério Moreira Alves, da Vara Federal de Linhares, no dia sete de dezembro último, o que surpreende mais ainda a falta de comunicação.

Para piorar, poucas horas depois da desastrosa desocupação, a liminar de reintegração de posse foi cassada e os Tupinikim e Guarani tiveram que iniciar um mutirão para reconstrução de suas aldeias.

Fotos: Vanessa Vilarrinho



**A Polícia Federal já chegou atirando bombas, balas de borracha e destruindo tudo**

# Charles de Foucauld, um pioneiro do macro-ecumenismo

**Benedito Prezia**  
Toponimista

A beatificação de Charles de Foucauld, ocorrida no dia 13 de novembro passado, fez com que sua figura fosse revista sob vários ângulos. Mesmo que, em muitos aspectos, Foucauld tenha sido um filho de seu tempo, com as limitações próprias de sua época, por outro lado teve grandes intuições que fizeram dele um precursor do Concílio Vaticano II.

Alguns aspectos de sua vida poderiam ser aqui destacados:

## A radicalidade na entrega a Deus

A vida de Charles de Foucauld foi marcada por extremos. Nascido na França, em 1858, ficou órfão de pai e mãe aos seis anos. Essas mortes trouxeram-lhe um grande vazio na vida, apesar do conforto – era de família nobre – e do carinho que lhe ofereciam seus avós maternos que o criaram.

Ao chegar à adolescência, enveredou por um caminho de rebeldia e de uma certa libertinagem. Para fazer frente a essa situação, seu avô conseguiu que entrasse num Regimento de Cavalaria tradicional da aristocracia francesa. Mas, depois de dois anos, foi dispensado por indisciplina.

Com a morte dos avós herdou uma pequena fortuna, que consumiu rapidamente levando uma vida de prazer, cercada de bebida e amantes.

Um fato mudou sua vida: um levante na Tunísia fez com que seu antigo batalhão fosse convocado. Vendo os colegas arregimentados, pediu para ser readmitido. A solicitação foi aceita, sendo enviado não para a Tunísia, mas para a Argélia.

Ali teve o primeiro contato com o Islã. Apesar da campanha militar, ficou impressionado com a religiosidade daquele povo. De volta à França, resolveu enfrentar um novo desafio: realizar uma missão geográfica no Marrocos, país totalmente fechado aos ocidentais. Disfarçado de judeu russo, viajou durante dois anos, de 1882 a 1884, fazendo um minucioso levantamento cartográfico, não sem enfrentar perigos. Ao retornar à terra natal, recebeu um prêmio por esse trabalho.

Tal aventura deixou-o mais próximo de Deus. “O Islã produziu em mim uma profunda comoção”, escreveria ele mais tarde. O deserto e as práticas coletivas religiosas dos muçulmanos mostravam que poderia encontrar a *verdade* e o *caminho* que tanto buscava. Durante certo tempo hesitou entre o islamismo e o cristianismo.

Na França procurou um sacerdote, amigo da família, para ter lições de religião católica. Ao invés de uma aula, recebeu ordem para se confessar. Perplexo, ajoelhou-se, confessou-se e... de repente, sentiu ser outro homem. Havia encontrado a Deus.

Iniciava-se outra aventura, não de um homem de ciência, mas de alguém à procura do absoluto. “No momento que descobri que havia um Deus, vi que não podia viver a não ser para Ele. Minha vocação nasce no mesmo instante que minha fé.”

Depois de uma viagem à Palestina para conhecer a terra de Jesus, buscou a ordem mais rigorosa para viver, os trapistas. Decorrido um tempo, pediu para ser transferido para um mosteiro mais pobre, na Síria. Mas sua radicalidade exigia mais: “Somos pobres para os ricos, mas não pobres como era Nosso Senhor, não pobres como eu era no Marrocos”. Mesmo assim, passou ali sete anos.

## Nazaré dos excluídos

Desde sua conversão, buscava concretizar uma intuição que tivera: “Tenho sede de levar a vida que entrevi enquanto andava pelas ruas de Nazaré”.

Primeiramente procurou o Nazaré geográfico, indo viver na Palestina. Trabalhou dois anos como jardineiro, num convento de clarissas.

Rezava muito e meditava. Meditava escrevendo e por isso escreveu muito. A maior parte dos textos dos oito volumes de meditações, hoje publicados, data dessa época.

Mas aos poucos foi percebendo que o verdadeiro Nazaré ficava onde estavam os mais pobres. Lembrou-se do Marrocos que percorrera anos atrás.

Impedido de ali entrar, por ser europeu, instalou-se na fronteira, do lado argelino. Sonhava com uma congregação contemplativa para “através da oração e do sacrifício, converter as pessoas distantes de Jesus”. Esse sonho não se concretizou, pois um único companheiro que foi até ele, não agüentou aquela vida.

A realidade colonial foi lhe mostrando um outro caminho. Ficava chocado com a escravidão que ainda existia nas colônias francesas. Numa carta ao seu antigo superior, escrevia: “Há muita hipocrisia [na França]. Imprimem nos selos *liberdade, igualdade e fraternidade*, mas subjagam escravos; punem o roubo de uma galinha e permitem o roubo de um homem. Não temos o direito de permanecer como *sentinelas adormecidas... cães mudos*... É Jesus quem está nessa situação.”

Assim, foi entrando no outro Nazaré, o lugar social e religioso escolhido por Cristo:



o Nazaré discriminado (Jo 21,2), o Nazaré do carpinteiro, dos pobres...

Por isso Charles de Foucauld – agora Irmão Carlos de Jesus –, vai deixar o conventinho de Beni-Abbés, transferindo-se para Tamanrasset, no sul da Argélia, para acompanhar os nômades tuaregues. Com eles viveu 11 anos.

Um diálogo com um povo não-cristão

O ardor do missionário cedeu lugar ao contemplativo que descobria o poder do exemplo silencioso. “Gritar o evangelho de cima dos telhados, não com palavras, mas com a vida”.

O Irmão Carlos bem antes do Concílio Vaticano II começava a praticar o que agora se chama de *macro-ecumenismo*. “Estou aqui não para converter os tuaregues, mas para tentar compreendê-los. Acredito que o bom Deus acolherá no céu aqueles que forem bons e honestos. Os tuaregues são muçulmanos, mas Deus receberá a todos, se merecermos.”

Interessava-se por tudo, até por atividades e vaidades femininas. Numa de suas viagens à França, aprendeu o tricô para ensiná-lo às mulheres tuaregues. Chegou a escrever a sua prima pedindo “modelos de sapatinhos de crochê para criança de um ano, e algumas meias para crianças da mesma idade”. Em outra ocasião solicitou a sua sobrinha tinteira de cabelo, pois “não faltam mulheres que vêm pedir um ‘remédio’ para escurecer alguns cabelos brancos”.

Seu grande trabalho, além dessa inculturação, foi o estudo da língua e da cultura desse povo. Elaborou várias obras: gra-

mática, coletânea de textos, dicionário tuaregue-francês-tuaregue, em quatro volumes, e uma importante coletânea de poesias, em dois volumes, todas publicadas após sua morte.

Presentindo seu fim, escrevia no ano de sua morte: “Como dá trabalho esse dicionário. Desejo tanto vê-lo terminado!... Isso faz de mim um sedentário e me impede de ver as pessoas como eu desejaria.”

## Os frutos do deserto

Para imitar a Cristo, desejava morrer mártir, de forma violenta... “A semelhança é a medida do amor”, escrevia ele. De fato, no dia 1º de dezembro de 1916, numa emboscada de um grupo que resistia à ocupação francesa, terminou sua vida, estendido na areia do deserto, perto das hóstias consagradas, igualmente espalhadas.

Não sem razão um grupo de seguidores, as Irmãs de Jesus, ao chegar na América do Sul em 1952, foi buscar um obscuro povo indígena – os Tapirapé -, com risco de extinção. De forma discreta e silenciosa, as Irmãs partilham a vida da aldeia há 53 anos. As anotações que continuam fazendo e o interesse pela língua – participaram da gramática tapirapé, publicada há 20 anos, e das notas sobre a língua asurini – mostram que continuam nas pegadas de seu fundador.

Não só a Igreja, mas também o mundo acadêmico tem muito a aprender com esse estilo de vida, que fez com que um povo, à beira da extinção, recobrasse a vida e o orgulho de ser indígena.

## Sete indígenas continuam presos em Santa Catarina

Em 27 de dezembro de 2005, oito indígenas foram presos em Chapecó, Santa Catarina, por determinação da Justiça Federal. As prisões ocorreram oito dias depois de uma manifestação pela continuidade do processo de retirada dos ocupantes não-índios das terras Toldo Chimbanguê e Toldo Pinhal. O cacique Lauri Alves foi liberado em 31 de dezembro por decisão da Justiça Federal, após provar que não estava presente na manifestação. As outras sete pessoas continuam presas, e aguardam a decisão do Superior Tribunal de Justiça sobre o pedido de liberdade para os índios, impetrado pela Funai. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região já negou o Habeas Corpus. A Funai recorreu também ao Supremo Tribunal Federal (STF), mas, em 3 de janeiro, a ministra Ellen Gracie negou seguimento ao pedido, pois não reconheceu a competência do STF para o caso.

A arbitrariedade das prisões é tão grande que, entre as oito pessoas detidas, duas não são citadas no processo. Alceu de Oliveira foi preso por ser conhecido como Quixé, mas o nome que consta no processo é João Gonçalves, também chamado de Quixé. No lugar de um indígena chamado Wilson Antunes foi preso o indígena Adilson Ferreira. Segundo informações da Funai em Chapecó, há dúvidas sobre a existência de um Wilson Antunes.

O cacique Idalino Fernandes é acusado de liderar a comunidade indígena no bloqueio do acesso a uma fazenda durante a manifestação de 19 de dezembro de 2005. No entanto, ele não estava na manifestação quando ela começou, mas no escritório regional da Funai em Chapecó e somente foi até o local ao ser informado da manifestação.

Outra acusação é de que os indígenas teriam roubado duas armas de fogo dos agricultores. Mas as armas que motivam a acusação foram retiradas das mãos dos agricultores pelos indígenas, que estavam sendo ameaçados, e foram entregues, logo em seguida, também pelos indígenas, a policiais que lavraram autos de apreensão das armas. As lideranças que respondem a inquérito policial são acusadas também de invasão de propriedade e agressão.

Para o Conselho Indigenista Missionário, está em curso mais um capítulo da antiga e recorrente estratégia de criminalizar pessoas que lideram a luta dos povos indígenas para conquistar e garantir direitos à dignidade, à justiça e à vida.

# A escalada da violência contra os povos indígenas

**Cristiano Navarro**  
Editor do Porantim

Tristes números rondam as estatísticas sobre a violência contra os povos indígenas no Brasil em 2005. Pelas contas do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), no ano passado, o número de assassinatos de indígenas chegou ao patamar mais alto dos últimos onze anos. O mórbido recorde de 38 mortes foi alcançado com o assassinato anunciado de Dorvalino Rocha, líder Guarani Kaiowá da terra Nhanderu Marangatu. Dorvalino foi assassinado na véspera do Natal por homens contratados para fazer a segurança da fazenda Fronteira, situada no município de Antonio João, no Mato Grosso do Sul.

O número total de assassinatos dos últimos dez anos chega a 241, uma média de mais de 24,1 mortos por ano. Neste período, nos últimos três anos foram registrados os maiores índices – 37 em 2004 e 31 em 2003. O Mato Grosso do Sul é o Estado mais violento, com 28 mortos.

Para fazer seus levantamentos sobre violência, o Cimi utiliza informações colhidas por seus missionários nas áreas indígenas e notícias divulgadas na imprensa. Além dos dados sobre a violência, o terceiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva teve números desfavoráveis também no que se refere à demarcação das terras indígenas. Em 2005, apenas cinco terras foram declaradas pelo governo, isto é, tiveram sua Portaria Declaratória publicada pelo Ministério da Justi-

### Assassinatos - 1993 a 2005

Ano	Nº de Assassinatos
1993	43
1994	45
1995	30
1996	27
1997	29
1998	21
1999	16
2000	18
2001	17
2002	07
2003	31
2004	37
2005	38
<b>Total</b>	<b>359</b>

Fonte: Cimi – Janeiro/2006.



ça no Diário Oficial. O baixo número leva a uma média de seis terras declaradas por ano no governo Lula, o que o coloca abaixo da média anual dos governos Fernando Collor/Itamar Franco (16 terras), Fernando Henrique Cardoso (11 terras) e João Baptista Figueiredo (8 terras). Na avaliação do Cimi, a lentidão do Estado nos processos de reconhecimento e proteção das terras indígenas representa uma das principais causas dos assassinatos.

### Anistia Internacional

Em nota pública, a organização não-governamental Anistia Interna-

cional afirmou que os números apresentados pelo Cimi demonstram que povos indígenas continuam a sofrer com a violência e a privação econômica grave, resultantes do fato de o governo e o poder Judiciário não protegerem seu direito constitucional à terra.

A Anistia considera o caso dos indígenas do Mato Grosso do Sul como um exemplo da relação entre a violência e o desrespeito ao direito à terra. “A situação difícil dos Guarani Kaiowá é típica do que ocorre quando o processo de ratificação da terra é obstruído ou retro-

cede por ordem do tribunal. Os indígenas são forçados a viver às margens de suas terras ancestrais, com medo constante de represálias dos pistoleiros ou firmas de segurança que agem sem con-

trole”, afirma Patrick Wilcken, integrante da Anistia Internacional. No ano de 1988, a Constituição deu um prazo de cinco anos para que o Estado brasileiro concluísse a demarcação de todas as terras indígenas. Passados 17 anos, somente 40% das terras foram totalmente regularizadas, indicam os dados do Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas. Se as demarcações seguirem no ritmo em que caminham hoje, o Estado brasileiro irá demorar pelo menos 45 anos para reconhecer todas as terras indígenas do país e rever os limites daquelas que têm sua extensão questionada pelos povos.



**Enterro de Dorival Benitez, vítima da crueldade dos latifundiários**

Assine o **PORANTIM**  
Em defesa da causa indígena

Para fazer a sua assinatura, envie vale postal ou cheque nominal em favor de Cimi/Porantim:  
(somente por meio de carta registrada)

**Caixa Postal 03679 - CEP: 70.084-970 - Brasília-DF**

Inclua seus dados: Nome, endereço completo, telefone, fax e e-mail.

Se preferir faça depósito bancário: Banco Real Ag: 0437 C/C: 7011128-1 - Cimi-Porantim.

Envie cópia do depósito bancário para o fax (61) 3225-9401, especificando a finalidade do mesmo.

### PREÇOS

Ass. anual: R\$ 30,00

\*Ass. de apoio: R\$ 50,00

América Latina: US\$ 25,00

Outros países: US\$ 40,00

\* Com a assinatura de apoio você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do País.

Faça sua assinatura pela internet: [adm.porantim@cimi.org.br](mailto:adm.porantim@cimi.org.br)

# Não queremos dar nossas terras!

**T**recho de uma das cartas encontradas com Sepé, e que contém trechos do documento endereçado a Andonaégui, governador de Buenos Aires, em 1753. Essa carta, redigida em guarani, devia circular pelas várias missões. A presente tradução portuguesa foi feita a partir da tradução espanhola, com algumas adaptações de estilo.

Não queremos a vinda de Gomes Freire [representante do rei de Portugal], porque ele e os seus são os que por obra do demônio, nos têm dado tanto aborrecimento. Esse Gomes Freire é o autor de tantos distúrbios e o que obra com tanta maldade, enganando seu rei, e por esse motivo não o queremos receber. Deus Nosso Senhor foi quem nos deu estas terras. (...) Nós em nada temos faltado ao serviço do nosso bom rei [de Espanha], sempre nos temos ocupado, e com toda a vontade, temos cumprido as suas ordens. E quando nosso bom rei nos necessitou no Paraguay, fomos lá e fomos muitos. (...)

E com tudo isso nos dizeis que deixemos as nossas terras, nossos ervais, nossas estâncias, enfim, todo o terreno inteiro. Essa ordem não é de Deus, senão do demônio; nosso Deus sempre anda pelo caminho de Deus e não do demônio. (...) Nunca o nosso bom rei tem querido tiranizar-nos, nem prejudicar-nos, atendendo às nossas desditas. E assim não o cremos nunca, quando dizem vós – índios, dai vossas terras e quanto tendes aos portugueses; não o creemos nunca, não há de ser assim e só se por acaso quiserem comprá-las com o seu sangue: nós, todos os índios, as havemos de comprar [com nosso sangue].

Vinte aldeias nos juntamos para sair-lhes ao encontro e com grandíssima alegria nos entregaremos [à morte], antes de entregar nossas terras. Por que esse nosso superior maior não dá aos portugueses Buenos Aires, Santa Fé, Corrientes e Paraguay e só há de

cair essa ordem sobre os pobres índios, a quem manda que deixem as suas casas, suas igrejas e, enfim, tudo quanto tem dado Deus?

(...) Quando quiserem falar conosco, venham cinco castelhanos, e nada se fará contra eles. O padre que é dos índios e sabe sua língua, há de ser seu intérprete. E então se fará tudo porque deste modo se farão as coisas como Deus manda, ou senão irão para onde o diabo quiser.

(In: GOLIN, Tau. Sepé Tiaraju. Porto Alegre: Tchê, 1985, p. 87-89).



Ilustração: Arthur/Mensageiro



APOIADORES

HORIZONT 3000

Uka Austria

UNIÃO EUROPEIA

PORANTIM